

GEOGRAFIA E IDEOLOGIA

ROSSI, Rafael¹

Resumo

A abordagem *ontológica marxiana* no entendimento da geografia enquanto um complexo inerente ao ser social e da ideologia enquanto um instrumento teórico para orientar a práxis é, costumeiramente, rara nas discussões científicas. Todavia, entendemos que a ontologia marxiana é fundamental para compreendermos os defeitos estruturais do sistema do capital e, também, o correto relacionamento entre geografia e ideologia para além da perspectiva gnosiológica tradicional. Este texto, com efeito, parte das contribuições de Gyorgy Lukács, István Mészáros e de outros autores na mesma tradição teórica, para defender o argumento de que a ideologia pode contribuir com a práxis geográfica e sua pesquisa na apreensão dos conflitos sociais e seu posicionamento em face deles. Apesar das diferenças que existem entre Lukács e Mészáros, entendemos que ambos, na esteira de Marx, possuem um tratamento de ordem ontológica com relação aos fenômenos que analisam. Com efeito, compreender qual a origem, a natureza e a função social da ideologia, neste aspecto, é um exercício teórico relevante, também, no âmbito da discussão geográfica.

Palavras-chave: Geografia; ontologia; ideologia; capital.

GEOGRAFÍA Y IDEOLOGÍA

Resumen

El enfoque *ontológico marxiano* en el entendimiento de la geografía como un complejo inherente al ser social y de la ideología en cuanto un instrumento teórico para orientar la praxis, es habitualmente raro en las discusiones científicas. Sin embargo, entendemos que la ontología marxiana es fundamental para comprender los defectos estructurales del sistema del capital, así como, la correcta relación entre geografía e ideología más allá de la perspectiva gnosiológica tradicional. Este texto, en efecto, parte de las contribuciones de Gyorgy Lukács, István Mészáros y otros autores de la misma tradición teórica, para defender el argumento de que la ideología puede contribuir con la praxis geográfica y su investigación en la aprehensión de los conflictos sociales y su posicionamiento frente a ellos. A pesar de las diferencias que existen entre Lukács y Mészáros, entendemos que ambos, en el camino de Marx, poseen un tratamiento de orden ontológico con relación a los fenómenos que analizan. De hecho, comprender el origen, la naturaleza y la función social de la ideología, en este aspecto, es un ejercicio teórico relevante, también en el marco de la discusión geográfica.

Palabras clave: Geografía; ontología; ideología; capital.

GEOGRAPHY AND IDEOLOGY

Abstract

The *marxian ontological* approach is usually rare in scientific discussions, both in geography as an inherent complex of social being and in ideology as a theoretical tool for orienting praxis. However, we understand that the marxian ontology is fundamental to understand the structural defects of the capital system and the correct relationship between geography and ideology beyond the traditional gnosiological perspective. This text is based on the contributions of Gyorgy Lukács, István Mészáros and other authors with the same theoretical tradition, and defends the argument that ideology can contribute to the geographical praxis, to its research in the apprehension of social conflicts, and its position on the matter. Despite the differences between Lukács and Mészáros, we understand that both, compared to Marx, analyze phenomena according to an ontological order. In fact, understanding the origin, nature, and social function of ideology is a relevant theoretical exercise in the geographical discussion.

Keywords: Geography; ontology; ideology; capital.

¹ Docente no curso de Licenciatura em Educação do Campo, no Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e no Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais na UFMS em Campo Grande - MS.

1. INTRODUÇÃO

Este ensaio teórico parte dos estudos no âmbito da pesquisa em andamento intitulada “*Trabalho, Educação e Ontologia Marxiana*”². Trata-se de uma pesquisa em que buscamos compreender as contribuições que Gyorgy Lukács em seu “*Para uma Ontologia do Ser Social*” e István Mészáros em seu “*Para além do Capital*” podem apresentar para a reflexão educacional. Todavia, o tratamento numa postura ontológica das análises marxianas presente na abordagem destes autores – e, também, de pesquisadores que se dedicam sobre seus escritos – possibilita retomar um debate de fundamental importância: a relação entre geografia e ideologia. Neste sentido, é importante afirmar, já no início, que não é nosso objetivo retomar todas as análises que já foram produzidas no interior da geografia a respeito do conceito de ideologia, nem tampouco, os trabalhos acadêmicos que relacionam o pensamento de Mészáros e Lukács. Apesar das diferenças que estes autores possuem, entendemos que ambos, na mesma tradição de Marx, se baseiam numa perspectiva de caráter ontológico histórico e social, o que quer dizer, em linhas gerais, que estes pensadores possuem uma preocupação constante em desvendar o movimento mais essencial dos objetos estudados em sua processualidade histórica e não como especulações criadas pela subjetividade humana.

Deste modo, a relação entre geografia e ideologia numa abordagem ontológica marxiana é o foco deste texto. Compreendemos que: se vislumbramos, de fato, um espaço geográfico – em sua totalidade – que esteja orientado para o atendimento das reais aspirações e necessidades humanas, então, há que assumir o estudo sério e rigoroso da ideologia socialista (com destaque para as produções do próprio Marx e dos clássicos do marxismo: Lenin, Rosa Luxemburgo, Antonio Gramsci, Gyorgy Lukács, István Mészáros etc.) com foco nas análises marxianas e de seus mais brilhantes intérpretes. O objetivo é explicitar o conflito real e concreto que consubstanciam o atual sistema social e, a partir daí, argumentar a respeito da necessidade de orientação ideológica revolucionária crítica à práxis geográfica.

Entendemos que uma reflexão importantíssima é a explicitação da práxis geográfica enquanto um complexo ontológico ao ser social, antes de se conformar num ramo da ciência moderna. Além disso, o próprio entendimento a respeito da ideologia, numa postura ontológica, é algo indispensável para não assumi-la, apressadamente, como algo meramente pejorativo ou como sinônimo de falsa consciência. Para tanto, em um primeiro momento,

² Pesquisa sem financiamento, devidamente cadastrada no Sistema de Informação e Gestão de Projetos – SIGPROJ – com o protocolo 221470.1005.208521.21122015.

abordamos, de modo geral, os *defeitos estruturais* e incorrigíveis deste sistema de reprodução social marcado pela dominação do capital, a partir das elaborações meszarianas. Isto é relevante para podermos perceber, mesmo que brevemente, o “solo ontológico” sobre o qual a ideologia e a geografia atuam nos dias atuais. Em um segundo momento, tratamos de explicitar a origem, a natureza e a função social (função que cumpre determinada dimensão humana na reprodução social e, portanto, não deve ser confundido com utilitarismo) tanto do complexo da geografia, quanto da ideologia, exprimindo, deste modo, seu caráter ontológico.

Recolocar a reflexão em geografia e a ideologia a partir do prisma ontológico, passa, impreterivelmente, pelo entendimento de que “o real existe, o real tem uma natureza e esta existência e esta natureza são capturáveis intelectualmente” e, ainda, ao passo em que são capturáveis, também indicam que podem ser modificados “pela ação cientificamente instruída, ideológica e conscientemente conduzida pelo homem” (VAISMAN, 2010, p. 45). Desse modo, tratar ontologicamente esses temas é poder “resgatar a possibilidade de entendimento e transformação da realidade”, ou seja, é compreender que “o real não é, afinal de contas, uma ilusão dos sentidos e que nossa subjetividade pode se objetivar na conquista da realidade” (VAISMAN, 2010, p. 45).

É preciso, ainda, argumentar que estamos considerando tais categorias enquanto existentes na realidade objetiva e não criadas, intelectivamente, pela subjetividade de algum pesquisador. Capital, ideologia, luta de classes etc. são categorias que existem independentemente de nossa vontade, nossos desejos, aspirações ou preferências. Não é por um acaso qualquer que Lukács tenha afirmado que todos os enunciados de Marx são “afirmações puramente ontológicas” (LUKÁCS, 2012, p. 281). Isto também revela que, nesta perspectiva, as categorias expressam “formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011) e, com isso, elas devem “[...] esposar o conteúdo existencial, isto é, devem refletir a própria ontologia do espaço, a partir de estruturas internas a ele” (SANTOS, 2006, p. 13).

Esta análise histórico-ontológica tanto da geografia e da ideologia permitem, por sua vez, compreender a necessidade de uma orientação revolucionária da práxis geográfica, já que é uma completa impossibilidade real e ontológica imputar algum tipo de reforma ao capital. Em outras palavras: investir esforços na tentativa de reformar um sistema sociometabólico incontrolável é uma “aventura muito mais fútil do que o trabalho de Sísifo³” (MÉSZÁROS, p. 1995, p. 713).

³ Alusão ao mito grego no qual Sísifo - um rei muito astuto - desobedeceu as ordens de Zeus - e fora mandado ao mundo dos mortos. Todavia, Sísifo enganou o deus da morte Tânatos, em uma primeira vez e, posteriormente, enganou Hades o deus da terra dos mortos. Zeus, o deus dos deuses, conseguiu capturar Sísifo e o condenou à eternidade a empurrar uma pedra gigantesca ao topo de uma montanha, porém, sempre que a tarefa estava quase terminada a pedra se deslocava e o trabalho tinha que ser repetido novamente *ad infinitum*.

2. O SISTEMA DO CAPITAL E SEUS DEFEITOS ESTRUTURAIS

Para iniciar nosso debate é preciso considerar que a geografia e a ideologia atuam sobre uma base real objetiva e existente. Na atualidade, os conflitos a serem resolvidos ideal e praticamente se relacionam direta ou indiretamente ao movimento expansionista e incontrolável do sistema do capital. Para poder explicitar a necessidade de uma orientação ideológica consciente à práxis geográfica é preciso, mesmo que de maneira rápida, explicitar a estrutura incorrigível e irreformável do capital.

Mészáros, ao retomar o posicionamento de Marx, desenvolve uma argumentação de ordem crítica ao explicitar que o capital é um sistema social incorrigível, possuindo defeitos estruturais (e, portanto, não meramente conjunturais ou “passageiros”) que se relacionam à atuação do Estado. No capítulo 02 do *Beyond Capital [Para Além do Capital]*⁴, o filósofo húngaro argumenta que uma distinção necessária a ser apontada com relação ao momento histórico atual diz respeito ao fato de que os perigos do sistema do capital se estendem, efetivamente, a todos os lugares do planeta. Em consequência disto, a “urgência” para encontrarmos soluções a tais perigos é também algo “severo” antes que seja tarde demais. Além disso, há que salientar que não existem soluções parciais possíveis de serem implementadas, por isso que “nenhuma ‘questão única’ pode ser realisticamente considerada a ‘única questão’” (MÉSZÁROS, 1995, p. 39).

O filósofo retoma o argumento marxiano para explicitar que o capital não se conforma tão somente numa “entidade material” ou um “mecanismo” capaz de ser controlável, mas se trata, sim, de um “modo de controle sociometabólico incontrolável” (MÉSZÁROS, 1995, p. 41). O fato do capital ser incontrolável diz respeito à sua origem histórica enquanto uma estrutura totalizadora de controle que se adapta e faz com que tudo deva se ajustar à sua lógica. As oportunidades dos indivíduos em tal sistema se relacionam ao local em que se situam na estrutura “hierárquica de comando do capital”. O autor explica que as ilusões sobre uma possibilidade de subjugar o poder do capital, em geral, emana da concepção errônea em acreditar que basta expropriar jurídica e politicamente dos capitalistas privados. Na realidade o capital mantém sempre o seu “primado” sobre o corpo jurídico que pode se manifestar de diversas maneiras ao longo da história.

O sistema do capital se fundamenta em classes sociais com interesses inconciliáveis encontrando na imposição da “hierárquica divisão social do trabalho” a “força cimentadora mais problemática”, ou seja, “realmente explosiva” da sociedade enquanto uma necessidade

⁴ Utilizamos, neste texto, a publicação original deste livro em inglês. Dessa maneira, todas as citações são traduções nossas.

imprescindível para o capital (MÉSZÁROS, 1995, p. 43). Esta divisão hierárquica do trabalho se baseia, por sua vez, na premissa de que a produção e o controle do processo de trabalho devam estar radicalmente separados e devem ser atribuídos a classes distintas. Também no plano ideal – subjetivo – é preciso que esta divisão social hierárquica do trabalho seja apresentada com uma “justificativa ideológica absolutamente inquestionável” que funcione como “pilar de reforço da ordem das coisas” (MÉSZÁROS, 1995, p. 43).

Uma determinação profunda do capital é estar orientado para a expansão e “movido pela acumulação”. Graças à sua incontrolabilidade o capital conseguiu superar as desvantagens que se colocaram em seu caminho e culminando num “poder de dominância absoluta como sistema global plenamente estendido” (MÉSZÁROS, 1995, p. 45).

A “força da incontrolabilidade” do capital está longe de ser, contudo, algo tranquilizante ou positivo do ponto de vista dos interesses e das reais necessidades humanas. Em formas antigas de reprodução social havia um elevado grau de autossuficiência na relação entre produção material e seu controle e isso não se aplica somente às comunidades primitivas, mas também à economia doméstica das sociedades escravistas e feudal durante a Idade Média. A partir do momento em que esta autossuficiência se quebra, passa a ganhar espaço o avanço do modo de controle do capital e junto a isto a “difusão universal da alienação e da reificação” (MÉSZÁROS, 1995, p. 45).

Entretanto, o sistema do capital possui defeitos estruturais que se manifestam basicamente em: 1) a separação radical entre a *produção* e o seu *controle*; 2) a “independência problemática” entre a *produção* e o *consumo* (com um consumo “desperdiçador” e concentrado em poucos lugares, ao mesmo tempo, em que a maioria dos indivíduos tem suas necessidades mais básicas negadas) e; 3) a capacidade do capital penetrar no âmbito da circulação global, tentando superar a contradição entre *produção* e *circulação* (a dominação expande barreiras regionais e as fronteiras nacionais e, dessa forma, a “força de trabalho total da humanidade” passa a se sujeitar aos “imperativos alienantes do sistema do capital global”) (MÉSZÁROS, 1995, p. 48-49). Em todos estes casos, o “defeito estrutural” de controle possui raízes na “ausência de unidade” deste sistema sociometabólico. Esta “carência de unidade” se justifica em razão da fragmentação inerente aos antagonismos sociais, ou seja, “ela se manifesta em conflitos fundamentais de interesse entre as forças sociais hegemônicas alternativas” (MÉSZÁROS, 1995, p. 49).

Ocorre uma “ação corretiva” – em “grau praticável” no sistema do capital – com a formação do Estado moderno. Sua emergência – do Estado moderno – se relaciona às “triumfantes” difusões das estruturas econômicas do capital, no sentido de complementá-las enquanto uma “estrutura totalizadora de comando político do capital” (MÉSZÁROS, 1995,

p. 49). O Estado moderno é uma “exigência absoluta” para “assegurar e proteger” a produtividade do sistema, já que o capital dominou a produção material paralelamente à promoção de “práticas políticas totalizadoras” que permitiram a formação do Estado moderno e, com isso, não é de modo algum acidental o fato de que encerrada a fase histórica de ascensão do capital no século XX, também passe a existir a crise do Estado moderno. Uma das tarefas do Estado moderno é o exercício do controle abrangente sobre as forças “centrífugas” que emanam das unidades produtivas isoladas do capital que é estruturado de modo profundamente antagônico.

Mészáros ao propor-se a analisar o Estado inserindo-o nas complexas determinações do modo de controle metabólico social do capital, consegue revelar as determinações e relações específicas do Estado, e indicar os limites inerentes à sua imbricação com o trabalho e o capital na base material. Nesse sentido, **conclui ser impossível a reforma do Estado visando a conquista gradual de fins emancipatórios, na medida em que ele está tão comprometido com a exploração do trabalho quanto com os meios de reprodução do capital, sendo parte inalienável dessa articulação antagonicamente estruturada.** Não há como reduzi-lo à política ou a um espaço aberto em disputa pelas classes. **Sem a interveniência direta e indireta do Estado no sistema do capital, esse não se manteria em permanente expansão.** Ele assegura política e materialmente a base da reprodução ampliada do capital e é inseparável dele, não restando espaços a serem conquistados que venham a se voltar contra sua própria razão de ser. (PANIAGO, 2005, p. 07, grifos nossos)

Tudo isto, por seu turno, tem por compreensão o fato de que o sistema do capital é “um modo de controle sociometabólico incontrolavelmente/irreversivelmente voltado para a expansão” (MÉSZÁROS, 1995, 71). Expansão, neste sentido, só pode significar expansão do capital e que deve subordinar todas as dimensões da vida social. O capital subordina “implacavelmente todas as aspirações e valores humanos à sua expansão” e, justamente em decorrência desta dinâmica, não pode haver espaço algum “para a tomada de decisão, exceto para a que estiver rigorosamente preocupada em encontrar os instrumentos que melhor sirvam para atingir-se o objetivo predeterminado” (MÉSZÁROS, 1995, p. 71).

A partir destes entendimentos, podemos avançar no sentido de explicitar uma abordagem ontológica da geografia e da ideologia. Como veremos, a ideologia age sobre um solo real e concreto baseado em conflitos sociais. O sistema do capital implica, necessariamente, um conflito estrutural entre capital e trabalho e, por isso mesmo, fora necessário explicitar primeiramente seus defeitos estruturais, ainda que de modo extremamente rápido, pois estas contradições reais e existentes que emanam do próprio movimento do sistema do capital, fundamental, igualmente, a contradição entre capital e trabalho. A opção teórica e ideológica na pesquisa e na práxis geográfica partirá, com efeito, de algo real e existente e é sobre isso que tratamos no item a seguir.

3. TRABALHO, GEOGRAFIA E IDEOLOGIA

Antes de tudo cabe esclarecer o que se entende por ontologia e porque esta compreensão se afasta de uma abordagem de ordem gnosiológica e/ou epistemológica. O ponto de vista ontológico trata de entender o objeto a partir do próprio objeto, isto é, independente do que o investigador deseja, imagina ou queira que o objeto seja. Para a ontologia o que importa é a apreensão de suas determinações mais gerais e essenciais, por isso “não cabe ao sujeito criar – teoricamente – o objeto, mas traduzir, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto” (TONET, 2013, p. 14).

Desse modo, ainda que de maneira introdutória, apresentamos a geografia e a ideologia enquanto nossos objetos de estudo e de possíveis articulações, numa perspectiva ontológica marxiana. A geografia entendida enquanto um complexo inerente ao ser social/humanidade e a ideologia, enquanto o conjunto de concepções de mundo que orientam a práxis social perante um conflito real, no contexto das sociedades de classe. Por isso trazemos as contribuições de Lukács e Mészáros, pois, como já afirmamos, ambos possuem uma perspectiva de caráter ontológico com relação às análises que realizam sobre a ideologia e o sistema do capital, respectivamente.

Com efeito, se queremos realizar uma análise séria que permita traduzir idealmente o objeto (no caso deste escrito, a relação entre a geografia e ideologia), suas leis, tendências e movimentos, é imprescindível desenvolver uma abordagem histórico-ontológica. Neste sentido é preciso entender o ser social como uma totalidade intrinsecamente articulada por complexos sociais que possui uma qualidade distinta do que a mera soma destes complexos e que encontra no trabalho seu momento fundante. Em função disto que é importante recorrer à análise histórica para compreensão de determinado fenômeno. Implica, pois, entender a origem, a natureza e a função social de determinada práxis humana que se esteja investigando. Entretanto é de suma relevância atentar para o fato de que por função social não estamos nos referindo à uma postura utilitarista/funcionalista, mas sim “a função que determinada atividade humana, determinada dimensão social tem na reprodução social” (TONET, 2007, p. 05).

Precisamos, agora, compreender a *centralidade ontológica do trabalho* no ser social. Lessa - (1992) na esteira de Lukács e Marx - nos explica que o trabalho apesar de ser a categoria fundante do ser social, ou seja, do “mundo dos homens”, não quer dizer que ele “esgota” ou “resume” toda a perspectiva ontológica, mas sim que com a gênese da categoria

do trabalho, há o surgimento também de um novo ser: o ser social e, também, isto indica que o trabalho é a “protoforma”, isto é, o “modelo genérico” da práxis humano-social.

A forma particular de articular dialeticamente teleologia e causalidade do trabalho, por ser ele uma categoria “modelo” fundante dos demais complexos sociais, indica que de algum modo, mesmo que de forma diferenciada, também outros atos humanos contarão com teleologia e causalidade posta (isto é, diferente da causalidade natural com suas leis regidas pelo ser da natureza e não pelo ser social). O trabalho, dessa forma, explicita o “*devenir humano dos homens*”, indica a autoconstrução da humanidade enquanto gênero. Em todo ato de trabalho, por sua vez, há um momento ideal que antecipa a objetivação, este momento é designado na ontologia marxiana analisada sob a perspectiva de Lukács, de prévia-ideação. Já o momento de transformação da realidade que fora precedido de uma prévia-ideação, é chamado de objetivação e, neste caso, “o ideal ganha existência material, o abstrato traspasa o concreto, o momento ideal em objetividade” (LESSA, 1992, p. 44).

Do ponto de vista ontológico, pois, subjetividade e materialidade não são esferas apartadas e completamente distintas entre si, mas sim, inextricavelmente articuladas quando a análise parte da categoria do trabalho. Apesar da prévia-ideação anteceder o momento da objetivação esta mesma prévia-ideação não ocorreu por acaso, por “vontade divina”, mas sim a partir da análise concreta e real do ser-precisamente-assim e, por isso que “a materialidade humana não pode vir a ser sem o momento teleológico, todavia, este apenas se põe enquanto resposta às situações concretas que a vida coloca aos indivíduos e às formações sociais como um todo” (LESSA, 1992, p. 49). Desta forma é fundamental entender que esta “consciência está sempre inserida em uma determinada situação concreta e responde a determinadas necessidades concretas” (TONET, 2015, p. 05) e, em função disto, que é preciso conhecer a realidade objetiva para orientar a atividade humana e, com efeito, podemos entender porque não importa “os nossos desejos, por mais louváveis que sejam”, pois “para atingir os fins desejados é preciso conhecer a realidade concreta e atuar de acordo com as possibilidades inscritas nela” (TONET, 2015, p. 05).

Esta discussão também nos permite compreender um fundamento ontológico de suma relevância, de que “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida que determina a consciência” e, justamente por ser a objetividade que determina – em sentido ontológico – a subjetividade, é necessário partir “dos próprios indivíduos reais e vivos” (MARX e ENGELS, 2002, p. 19). Este modo de encarar a realidade, os homens e seus complexos sociais é inteiramente “novo” na ontologia marxiana frente às demais ontologias desenvolvidas pela humanidade. Por isso, a partir do referencial teórico que estamos trabalhando (Lukács e Mészáros), podemos afirmar que o pensamento marxiano não se

conforma em uma filosofia, uma pedagogia, economia, sociologia etc.; mas sim, em uma *teoria social de caráter ontológico* e cujo objeto é a sociedade capitalista burguesa.

Marx conseguiu explicitar as insuficiências presentes tanto no materialismo quanto no idealismo. Para o filósofo alemão “espírito e matéria, consciência e realidade objetiva” são momentos que se articulam em uma unidade indissolúvel e a “atividade humana sensível”, isto é, a práxis, é a atividade mediadora. Dessa maneira, Marx consegue “encontrar no ato que dá origem ao ser social a natureza própria da relação entre subjetividade e objetividade e a unidade originária entre esses dois elementos” (TONET, 2013, p. 78) e este ato originário é o trabalho.

No trabalho o homem se depara com necessidades e “perguntas” que a objetividade lhe confere e, a partir disto, elabora na consciência (prévia-ideação) a melhor resposta a ser dada àquela “pergunta” e que poderá atingir seus objetivos, ou seja, os fins a serem atingidos (teleologia). Neste processo, os homens inserem uma causalidade posta, por meio da atividade do trabalho, que, por sua vez, irá gerar um conhecimento que tende a se universalizar, colocando, por conseguinte, novas “perguntas”, novas necessidades e novas possibilidades a partir do desenvolvimento dos conhecimentos, das habilidades e das potencialidades que os homens tiveram ao desenvolver o trabalho. Assim, implica sempre em uma relação entre homem (sociedade) e natureza em que, com objetivo de conseguir seus meios de subsistência e de produção a natureza é transformada pela atuação dos homens e, com isso, os próprios homens também se transformam (MARX, 1996).

Esta é a dinâmica que nos permite distinguir a reprodução biológica da reprodução social. Nesta última a categoria dinâmica que dá a ‘faísca’ em todo o processo é o trabalho. A relação dos homens com a natureza é sempre uma relação que permeia a consciência, as relações sociais e a transformação que a práxis humana (o trabalho) imprime à natureza (por meio da causalidade posta) é totalmente diferente da transformação da natureza realizada pelos animais e pelas plantas, e “é este novo tipo de transformação da natureza que, para Marx (e Lukács), funda a diferenciação do homem com a natureza, funda a evolução humana”. Deste modo que os homens também se modificam ao modificarem a natureza (LESSA, 2007, p. 142).

Estas compreensões são de suma relevância na ontologia marxiana que, todavia, não é apresentada pela interpretação luckasiana como uma “arrumação ideal” inerente à perspectiva gnosiológica quando trata da questão do método. Por isso, podemos afirmar que “se por método se entende uma arrumação operativa, a priori, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os

quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx” (CHASIN, 2009, p. 89).

O aspecto ontológico em Marx encontra respaldo a partir de sua crítica aos neohegelianos, ao materialismo mecanicista, à Economia Política e aos socialistas utópicos. Todavia, tais críticas não ocorrem de modo aleatório e sem parâmetros, mas sim, inseridas numa concepção de mundo de cunho efetivamente histórico e revolucionário a partir da constatação da objetivação-primária expressa por meio do trabalho. A partir deste momento fundante há o “despertar” da capacidade de generalização, em um processo em que “os poderes individuais se tornam poderes sociais” em uma dinâmica de reprodução cada vez mais ampla, complexa e desenvolvida (TONET, 2005). Em razão disto que Marx entende o ser humano como um ser genérico e universal, pois com o “salto ontológico” (LUKÁCS, 2013) operado pelo trabalho – remetendo sempre para além de si mesmo – os homens podem se colocar novas necessidades – cada vez mais sociais – e novas possibilidades sem, contudo, romper em absoluto com a esfera biológica uma vez que isto faz parte da sua constituição física e, ainda, uma vez que há a sempre necessária transformação da natureza para a reprodução social.

O ser social, assim entendido, é uma articulação entre o polo da individualidade e o polo da genericidade em que ambos se relacionam reciprocamente. E os indivíduos precisam se apropriar dos conhecimentos, valores, ideias, comportamentos e habilidades desenvolvidas e acumuladas enquanto patrimônio histórico espiritual e material da humanidade para se “conectarem” cada vez mais à socialidade expressa no gênero (aliás, esta é a função social ontológica e, portanto, mais ampla, da educação que, todavia, sofre influência dos antagonismos de classe presentes no capitalismo, por exemplo). É esta linha de raciocínio, desta forma, que permite apreender o ser social como um “complexo de complexos” (expressão luckasiana) em alusão direta à categoria da totalidade enquanto distintiva da ontologia marxiana frente à ciência burguesa. Entre o complexo do trabalho e os demais complexos sociais há uma relação de dependência destes (enquanto momentos fundados) para com o trabalho (momento fundante). Ou seja, eles existem em dependência ontológica com o trabalho. Isto, entretanto, não indica determinismo mecanicista ou qualquer coisa parecida, pois também há uma relação de determinação recíproca entre os complexos sociais e de autonomia relativa que, como o próprio termo indica, nunca é absoluta em função da já aludida dependência de caráter ontológico (TONET, 2005).

Com efeito, a ontologia marxiana não implica em considerar os complexos sociais de modo desarticulado, mas sim, inextricavelmente relacionados numa totalidade rica e dinâmica que encontra no trabalho seu momento fundante. Não perder esse entendimento

de vista é importante também para não perder de vista o fato de que é a objetividade que possui *prioridade ontológica* sobre a subjetividade e não o contrário, o que significa que é a própria realidade objetiva que coloca o campo de possibilidades reais e concretas sobre o qual a consciência terá de atuar, refletir, articular e compreender.

No caso da geografia, entendida enquanto um complexo social ontológico ao ser social, compreendemos que, antes dela se conformar num ramo das ciências modernas, ela diz respeito à práxis de produzir e reproduzir o espaço geográfico. Os homens, por meio do trabalho, instauram uma causalidade posta que passa a conviver com a causalidade dada pela natureza. Uma determinada área de uma floresta, numa comunidade primitiva, por exemplo, não se conforma, agora, tão somente numa determinada área da floresta, mas sim, num espaço continuamente transformado pela ação humana. Quando Marx e Engels (2002) afirmam que os homens precisam produzir as condições materiais da existência social, isto não pode ser realizado se, concomitantemente, não houver a produção e a reprodução do espaço geográfico. Por isso, pode-se compreender que:

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico. O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoado por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes. (SANTOS, 2006, p. 39, grifos nossos)

Os seres humanos, com a crescente complexificação do ser social, passam a produzir objetos “fabricados, objetos técnicos” como Santos (2006) nos explica, ou seja, estamos evidenciando a práxis geográfica, isto é, a práxis da *geograficidade* eminentemente histórica, social e, portanto, exclusivamente humana. É da *natureza* da geografia se complexificar em sistemas de objetos e sistemas de ações junto com a complexificação contínua e permanente do ser social. Sua *função social* é a produção e reprodução do espaço geográfico, com tudo que abrange: territórios, regiões, lugares etc. e, por isso mesmo, podemos dizer que ao tratarmos de uma ontologia da geograficidade, estamos tratando “[...] da condição espacial da existência do homem em qualquer sociedade” (MOREIRA, 2004, p. 32).

Apesar de Moreira e Santos não trabalharem efetivamente com a perspectiva teórica e ideológica da ontologia marxiana, entendemos que, no que se refere ao tratamento da geografia enquanto uma dimensão inerente aos seres humanos, estes autores possuem uma abordagem claramente ontológica. Isto quer dizer que tais pensadores contribuíram na *tradução* teórica da geografia enquanto um complexo social e não trataram de *criar* suas considerações de modo especulativo ou transcendental. Esta é razão para trazermos suas contribuições nesta parte do texto, pois entendemos que suas elaborações ajudam a compreender a origem, a natureza e a função social da geografia.

Assim, podemos perceber a própria *origem* da práxis geográfica relacionada aos atos de trabalho, exprimindo uma *dependência ontológica* da geografia para com o trabalho, o que quer dizer que se os homens não trabalhassem não seria possível produzir o espaço geográfico.

Além disso, a geografia, enquanto complexo social, possui uma *autonomia relativa* frente ao trabalho específico em cada formação social e frente à cada totalidade social. O “momento predominante” na orientação particular de cada complexo social é sempre a totalidade social, mas ela mesma se baseia numa determinada forma de trabalho. Isto quer dizer, por exemplo, que é impossível uma geografia que atenda – em seu conjunto – as reais aspirações e necessidades humanas, sob a vigência do modo de produção capitalista e o sistema incontrolável do capital. Não é por acaso que o espaço se converte “[...] numa gama de especulações de ordem econômica, ideológica, política, isoladamente ou em conjunto”. O espaço geográfico, deste modo, apesar de ser global, tem sua utilização “efetiva” reservada “àqueles que dispõem de um capital particular” (SANTOS, 2004, p. 31).

Deste modo, além da dependência ontológica, autonomia relativa, há, ainda, uma *determinação recíproca* que se estabelece entre o complexo social geográfico e os demais complexos sociais, incluindo, a própria totalidade social. Estes entendimentos são de absoluta importância para a apreensão da geografia numa abordagem ontológica marxiana. É nesse sentido que ganha expressividade para entender a interação dos complexos sociais, quando Lukács afirma que “não é o predomínio de motivos econômicos na explicação da história que distingue de maneira decisiva o marxismo da ciência burguesa, mas o ponto de vista da totalidade”. (LUKÁCS, 2003, p.105) e, dessa forma, a “totalidade é o território da dialética” (LUKÁCS, 1974, p. 48, tradução nossa).

Assim sendo, tenhamos nós consciência ou não, tanto no pesquisa em geografia, quanto na práxis geográfica de modo geral, estamos atuando, no âmbito do sistema do capital, dentro do campo de possibilidades colocado pelas classes sociais. Os indivíduos sociais contribuem para a produção do espaço geográfico e este, por sua vez, influencia os

próprios indivíduos. Todavia, não se trata de um fazer aleatório. As possibilidades reais e concretas de atuação não são dadas pelas vontades, desejos ou sonhos, mas sim, a partir das condições materiais concretas e reais da existência social.

As classes sociais possuem sua origem não numa construção intelectual/subjetiva, mas, ao contrário, no âmbito do processo de produção da riqueza material e social, incluindo, a questão de sua apropriação. Por isso, no que diz respeito à produção do conhecimento, por exemplo, elas são o sujeito fundamental, pois “são elas que, pela sua natureza fundada no processo de produção, põem determinadas exigências e determinada perspectiva” (TONET, 2013, p. 17). Com efeito, a classe “pela sua natureza, estabelece o campo, **nunca absolutamente rígido**, no interior do qual o indivíduo exercerá o seu poder ativo” (TONET, 2013, p. 17, grifos nossos). Os indivíduos, deste modo, agem no interior das possibilidades colocadas pelas classes sociais e suas respectivas perspectivas. Desse modo, uma importantíssima reflexão no que diz respeito à pesquisa em geografia é: a partir da perspectiva de qual classe social estou pesquisando geografia? O que, por seu turno, equivale a dizer: com qual *orientação ideológica* estou desenvolvendo a pesquisa?

Novamente aqui também se faz relevante a abordagem ontológica da ideologia. Concordamos com Lukács ao afirmar que “enquanto alguma ideia permanecer o produto do pensamento ou a alienação do pensamento de um indivíduo [...] ela não pode ser considerada como ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 464). Para que isso ocorra é necessária uma *função social* muito específica, ou seja, as “formas ideológicas” se conformam nos meios “com o auxílio dos quais podem ser tornados conscientes e tratados também os problemas que preenchem esse cotidiano” (LUKÁCS, 2013, p. 465). O filósofo húngaro, tendo sido o primeiro a descobrir a impositação ontológica ao pensamento e da teoria social marxiana, parte do prefácio de 1859 em que Marx afirma:

[...] convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção – que podem ser verificadas fielmente com a ajuda das ciências físicas e naturais – e as **formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e o levam até o fim.** (MARX, 2008, p. 48, grifos nossos)

Com efeito, Lukács percebe que a ideologia, de um ponto de vista ontológico, constitui um momento ideal que antecede a práxis social. Numa sociedade de classes, como o capitalismo, a ideologia irá contribuir para os homens tomarem ciência dos conflitos sociais e orientarem a sua práxis. Em face disto que ele pode afirmar que “verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia” (LUKÁCS, 2013, p. 467). Uma ideia ou uma teoria científica só pode se converter em ideologia “depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam

estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos” (LUKÁCS, 2013, p. 467).

Lukács cita como exemplo a astronomia heliocêntrica e a teoria do desenvolvimento da vida orgânica em que ambas se constituíram em ideologia apenas depois da atuação de Galileu ou Darwin, pois a partir de suas elaborações, outros puderam utilizar seus posicionamentos para travar combates “em torno dos antagonismos sociais” e, com isso, elas “se tornaram operantes – nesse contexto – como ideologias” e, assim, por exemplo, “os adeptos liberais de Herbert Spencer transformaram o darwinismo em ideologia do mesmo modo que fez o séquito reacionário do ‘darwinismo social’ no período imperialista” (LUKÁCS, 2013, p. 468). Dessa maneira a *existência social da ideologia*:

[...] parece pressupor os conflitos sociais, que precisam ser travados, em última instância, em sua forma primordial, isto é, socioeconômica, mas que desenvolvem formas específicas em cada sociedade concreta: justamente as formas concretas da respectiva ideologia [...] A questão principal é, por conseguinte, que o surgimento de tais ideologias pressupõe estruturas sociais, nas quais distintos grupos e interesses antagônicos atuam e almejam impor esses interesses à sociedade como um todo como seu interesse geral. Em síntese: **o surgimento e a disseminação de ideologias se manifestam como a marca registrada geral das sociedades de classes.** (LUKÁCS, 2013, p. 471-472, grifos nossos).

Podemos perceber que a concepção luckasiana de ideologia possui como ponto nodal a concepção de homem enquanto um “ser prático, característica primordial do ser social posta já no ato do trabalho, na posição teleológica e no desencadeamento de causalidades que o envolvem” (VAISMAN, 2010, p. 49). Isto implica que o ser prático “age a partir de decisões entre alternativas; ser que, não sendo abstratamente independente das necessidades que a história lhe coloca, reage a essas necessidades [...]” (VAISMAN, 2010, p. 49). Importante notar, também aqui, que o “momento ideal”, as concepções de mundo e as ideologias não possuem uma vida própria, apartada da estrutura e dinâmica social. No debate luckasiano, portanto, o “fenômeno da ideologia é analisado sob o fundamento ontológico-prático, e não sob o critério científico-gnosiológico”, pois, a “utilização deste último conduz irremediavelmente ao erro na avaliação do fenômeno” (VAISMAN, 2010, p. 51).

O que a autora quer dizer é que Lukács analisa a ideologia por sua vinculação e operação prática perante os conflitos sociais, numa abordagem ontológica, ou seja, que entende a realidade objetiva em sua processualidade histórica e construída pelos homens. O critério “científico-gnosiológico” diz respeito ao que o pesquisador atribui como certo ou errado, verdadeiro ou falso para determinada ideia ou discurso, por exemplo. Assim, abandona-se – ou no mínimo deixa-se de lado – o confronto das ideias com a própria

realidade ou com o conjunto do processo histórico e, neste caso, o sujeito (e não mais a realidade) passa a ser o “parecerista” do que seria ideologia ou não, colocando uma verdadeira “muralha da China” entre ideologia e ciência ou entre ideologia e educação como querem alguns.

Se entendermos que o sistema do capital se baseia em defeitos estruturais e que, dessa forma, são incorrigíveis, temos, também que refletir qual a orientação ideológica da pesquisa em geografia e da práxis geográfica que desenvolvemos. Se quisermos, efetivamente, um espaço geográfico que atenda plenamente todas as necessidades reais humanas e não as fetichistas demandas expansionistas do capital temos que nos orientar pela ideologia socialista marxiana e marxista. Isto é necessário como prática de *estudo individual e coletivo* sobre a atual forma de sociabilidade e seu movimento histórico e, *também, praticamente* na luta pela superação da totalidade deste sistema social incontrolável.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema do capital, que é anterior à sua fase capitalista, se conforma num modo de controle estrutural e hierárquico do trabalho, de acordo com Mézáros (1995), baseado na análise de Marx. Isso implica numa série de conflitos estruturais entre capital e trabalho e que fazem com que seja, pela natureza desse próprio sistema, uma completa impossibilidade reformar ou tentar controlar algo profundamente incontrolável, ou seja, é impossível impor ao capital uma lógica que seja antagônica ao seu movimento mais essencial em subordinar o trabalho.

Tendo em vista o velho ensinamento marxiano de que não é a consciência que determina – em sentido ontológico e não mecanicista – a vida, mas, ao contrário, é a vida social que determina a consciência (MARX, 2008), entendemos que estes mesmos conflitos terão rebatimento profundo no âmbito da produção do espaço geográfico e, também, no que diz respeito à produção do conhecimento.

A geografia, entendida enquanto um complexo ontológico ao ser social possui uma relação de *dependência ontológica, autonomia relativa e determinação recíproca* para com a totalidade social e o trabalho. Isto quer dizer que ela será orientada a partir das múltiplas relações que se estabelecem entre os complexos sociais, no interior do campo de possibilidades colocado pela própria totalidade matrizada numa determinada forma de trabalho. Não é por um acaso qualquer Lukács, ao descobrir a imposição ontológica da teoria social instaurada por Marx, tenha afirmado que a totalidade é o território da dialética, como já argumentamos anteriormente.

Desse modo, também é mérito de Lukács ter desenvolvido uma análise de caráter ontológico a respeito da ideologia. Não é o critério de verdade ou falsidade, de acordo com o filósofo húngaro, que define aquilo que será ou não ideologia. A *função social*, ou seja, a função de tornar consciente um determinado conflito e orientar a práxis social que será de fato um fator decisivo na análise das ideologias.

Com efeito, perante a relação antagônica e inconciliável entre as classes sociais, compreendemos que a luta por um espaço geográfico que atenda aos interesses e necessidades – em absoluto – dos seres humanos passa, impreterivelmente, pela necessidade de assumir a ideologia revolucionária socialista com destaque para a teoria social marxiana e de seus grandes expoentes. Isso, todavia, não quer dizer que estejamos defendendo um praticismo infantil idealista qualquer. Ao contrário, assumir a ideologia revolucionária socialista marxiana é um esforço tanto individual de estudo sério, rigoroso e permanente, quanto, ao mesmo tempo, coletivo, no sentido de contribuir praticamente com uma orientação às diversas lutas socialistas num caráter eminentemente anticapitalista e antiestatal. A nosso ver este é um grande desafio a lidar perante todos os geógrafos que, de fato, estejam conectados com a luta da classe trabalhadora rumo à emancipação humana, portanto, a luta “para além do capital”.

REFERÊNCIAS

- CHASIN, J. **Marx: Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LESSA, S. Lukács: Trabalho, Objetivação, Alienação. **Rev. TranslForm/Ação**, São Paulo, vol. 1, n. 5, p. 39- 51, 1992.
- LESSA, S. “Centralidade ontológica” do trabalho e “centralidade política” proletária. **Lutas Sociais (PUCSP)**, PUC-SP, v. 13-14, p. 106-121, 2005.
- LESSA, S. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007.
- LUKÁCS, G. Tecnología y Relaciones Sociales. In: BUJARIN, N. I. **Teoria del Materialismo Histórico**. Siglo XXI de Editores, Espanha, 1974.
- LUKÁCS, G. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – I**. São Paulo: Boitempo: 2012.
- LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social – II**. São Paulo: Boitempo: 2013.
- MARX, K. **O Capital – Vol I, Livro Primeiro, Tomo I**. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-58: esboços da crítica da economia política. Trad. Mario Duayer, Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: UFRJ, 2011.

MESZÁROS, I. **Beyond Capital**: toward a theory of transition. Merlin Press: London, 1995.

MOREIRA, R. Marxismo e Geografia (A geograficidade e o diálogo das Ontologias). **GEoграфия** – Ano 6, no. 11, pp. 21-37, 2004.

PANIAGO, M. C. S. Estado e Capital, em Mészáros: Relação de Autonomia ou de Complemento? In: II **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 2005, São Luis. Mundialização e Estados Nacionais: a questão da emancipação e da soberania, 2005.

SANTOS, M. **Pensando o Espaço do Homem**. 5^a ed. São Paulo: EdUSP, 2004.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4^a ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

TONET, I. **Educação, Cidadania e Emancipação Humana**. Ijuí: Unijuí, 2005.

TONET, I. **Um novo horizonte para a Educação**. Texto base conferência pronunciada no I Congresso de Ontologia do Ser Social e Educação, promovido pelo IBILCE – UNESP – São José do Rio Preto em nov/dez 2007. Disponível em: < <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/> > Último acesso: set. 2015.

TONET, I. **Educação e Meio Ambiente**. 2015. Disponível em: < <http://ivotonet.xpg.uol.com.br/index.html> > Último acesso: ago. 2015.

TONET, I. **Método Científico – Uma abordagem ontológica**. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VAISMAN, E. **A ideologia e sua determinação ontológica**. Revista Verinotio, n. 12, pp. 40-64, 2010.

Recebido em 12/08/2016

Aceito em 01/08/2017